

**XV Competição Julgamento Simulado
do Sistema Interamericano de Direitos Humanos**

**Respostas às perguntas do caso
RADICAL RADIO VS. CHIRILAGUA**

Pergunta	Resposta
<p>Poderia haver alguma incongruência entre os parágrafos 33 e 8 quanto aos mortos no dia do Facebookaço—3 de março? O parágrafo 8 menciona 6 mortos e 15 feridos, e o 33 menciona 3 mortos (2 civis e um policial).</p>	<p><i>A informação solicitada está clara nos fatos do caso (ver pars. 8 e 26).</i></p>
<p>O parágrafo 27 do caso aponta que um grupo de jovens tentou colocar fogo nas urnas. Eram opositores do governo?</p>	<p><i>Segundo informação da imprensa, os jovens faziam oposição ao referendo.</i></p>
<p>O Sr. William Garra se encontrava no lugar dos fatos que ocorreram na cidade de San Pedro de los Aguados em 3 de março de 2008, em virtude dos quais morreram cinco civis e um policial?</p> <p>Durante as manifestações do facebookaço, William Garra, jornalista da Radical Radio, estava transmitindo o evento das ruas, ou dos estúdios da rádio?</p>	<p><i>Encontrava-se nas instalações da Radical Radio.</i></p>
<p>O parágrafo 26 fala de distúrbios no dia do Facebookaço. Posteriormente, são mencionados os processos judiciais contra os jornalistas que cobriram e incitaram o evento. Existem também processos judiciais internos contra os policiais e os manifestantes que ocasionaram as mortes e feridas?</p> <p>No contexto de seis mortes ocorridas durante o Facebookaço, três delas foram imputadas ao William Garra. Foram as seis mortes devidamente</p>	<p><i>Foram iniciadas de ofício investigações criminais e disciplinares pelos atos de violência ocorridos. Não foi possível esclarecer a identidade daqueles que atentaram contra a vida dos manifestantes e portanto o processo penal permanece aberto.</i></p>

investigadas e as demais três imputadas a mais alguém?	
Antes da celebração do facebookaço e, em virtude da iminente periculosidade do evento, foram solicitadas medidas provisórias à CIDH em benefício dos manifestantes de 3 de março?	<i>Não.</i>
Em qual data Chirilagua reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos? Precisar desde que data o Estado é parte da CADH. O Estado de Chirilagua reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e, se sim, quando?	<i>Chirilagua ratificou a CADH e reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana em 9 de abril de 1980.</i>
Qual era a pergunta estabelecida pela cédula adicional para as pessoas que optavam por incorporá-la nas eleições parlamentares de 10 de março de 2008, e qual foi o seu cômputo?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
A ausência de 70% da população de Chirilagua das eleições foi devido aos atos de violência cometidos no “Facebookaço”?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Precisar que porcentagem de Chirilagua é rural que porcentagem é urbana.	<i>40% da população está concentrada em zonas urbanas.</i>
Como é estruturado o organismo judicial de Chirilagua quanto a cortes Estaduais, Federais, Suprema Corte,	<i>O Poder Judicial é formado pela Suprema Corte de Justiça da Nação e por um conjunto de tribunais inferiores e especializados. A Suprema Corte da</i>

<p>Corte Constitucional; que hierarquia existe entre elas e que competência territorial e material possui cada uma?</p> <p>Quais são as instancias de controle constitucional no Estado de Chirilagua?</p>	<p><i>Nação está distribuída em seis Turmas — Político-administrativa, Eleitoral, Cível, Criminal, Trabalhista e Plenário. Os tribunais inferiores estão encarregados de resolver os conflitos regulamentados pela legislação federal em todo o país.</i></p> <p><i>O controle constitucional via o recurso de amparo é difuso e pode ser analisado por qualquer juiz ou Tribunal da República.</i></p>
<p>Existem outros recursos específicos em Chirilagua, além de ação constitucional, para a proteção de direitos?</p>	<p><i>Existem vários recursos e ações no ordenamento interno. No entanto, segundo analistas, a ação constitucional era a mais idônea para a proteção dos direitos descritos nos fatos.</i></p>
<p>A cédula democrática foi utilizada após as eleições para efetivamente modificar a Constituição de Chirilagua ou só serviu como consulta popular?</p>	<p><i>Posteriormente, a coalizão do governo no Congresso tramitou uma reforma constitucional (em conformidade com os procedimentos de reforma vigentes), usando como base os resultados da consulta. Considera-se que o resultado teve um valor político significativo, mas não jurídico.</i></p>
<p>No parágrafo 41, segunda frase, se lê “em sua resposta datada de 15 de janeiro de 2008”. Não deveria dizer “em sua resposta datada de 15 de janeiro de 2009”?</p> <p>Nossa pergunta esclarecedora do caso hipotético é relativa ao parágrafo 41, linha 1, quando se afirmou que a Comissão admitiu a petição em 15 de dezembro de 2008, enquanto na linha 3 do mesmo parágrafo se afirma que o Estado da Chirilagua respondeu a petição em 15 de janeiro de 2008.</p>	<p><i>A data correta é 15 de janeiro de 2009.</i></p>
<p>Na última frase do parágrafo 41</p>	<p><i>A data correta é 2010.</i></p>

<p>menciona-se que “uma licitação para a outorga de licenças” seria aberta em janeiro de 2009. Se a resposta à petição foi realizada em janeiro de 2009 e não de 2008 (ver pergunta número 1) é possível que o autor tenha querido dizer que a licitação para outorgar licenças foi aberta em janeiro de 2010 e não de 2009?</p>	
<p>Os representantes das vítimas devem comparecer apresentando os mesmos fatos e artigos aos quais faz alusão o parágrafo 42 dos fatos do caso?</p>	<p><i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i></p>
<p>Segundo o disposto no parágrafo 44 do caso e tendo em conta que os regulamentos da Corte e da Comissão foram modificados em Dezembro de 2009, deve-se entender que os peticionários continuam alegando como supostas vítimas as emissoras Radical Radio e Radio Su-Versión?</p> <p>Levando em consideração a alteração do Regulamento da Corte em novembro de 2009, o parágrafo 44 do caso hipotético se mantém inalterado no que diz respeito à inclusão da Radical Radio e da Radio Su-Versión como supostas vítimas?</p> <p>De acordo com a recente modificação inerente ao funcionamento do Sistema Interamericano, as vítimas estão restringidas a invocar os artigos para os quais a Comissão encontrou violações (8, 13, e 15, em relação ao 1.1.)?</p>	<p><i>Tendo em vista o anúncio publicado no site da Competição e do email enviado na quarta-feira 20 de janeiro informando que deve ser entendido que as equipes que representam o papel de Comissão assumem o papel de representante da vítima, o Comitê Técnico da Competição gostaria de esclarecer que:</i></p> <p><i>As equipes que receberam o papel de Comissão devem se apresentar tanto nas rodadas orais como nos memoriais escritos na qualidade de representante da vítima e não da Comissão.</i></p> <p><i>Para efeitos desta Competição, a figura da Comissão não terá nenhum papel no litígio.</i></p> <p><i>Esta decisão é definitiva e qualquer rumor ou informação contrária a este comunicado não deve ser levada em consideração.</i></p> <p><i>Aproveitamos a ocasião para esclarecer que, para efeitos desta Competição, nos últimos 14 anos a Comissão sempre defendeu a vítima. Nesse sentido, sempre houve duas contrapartes: Estado e Comissão (defendendo a vítima). No ano de 2010, seguirão existindo duas contrapartes: Estado e vítima. A única mudança está no nome dos litigantes.</i></p>

	<p><i>Portanto, esta decisão não afeta e nem muda em nada o funcionamento da Competição. A intenção dos organizadores é refletir a mudança que ocorreu no sistema recentemente, a partir da reforma do Regulamento da Corte que designou às vítimas um papel mais proeminente.</i></p> <p><i>Finalmente, o fato de que o Regulamento modificado da Corte tenha entrado em vigor em janeiro de 2010 e de que os fatos do caso fazem referência a circunstâncias anteriores, não tem nenhuma relevância para efeitos desta Competição.</i></p>
Em que consistiram as recomendações por parte da Comissão ao Estado de Chirilagua, as quais o último não cumpriu?	<i>Não é relevante para a solução do caso.</i>
O povo de Chirilagua é parte no caso perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
É possível um peticionário submeter questões à Corte que foram inadmitidas pela Comissão?	<i>Ver a Convenção Americana e os regulamentos da Corte e da Comissão.</i>
A menção à “pessoa” no artigo 92 da Lei Orgânica de Telecomunicações se refere à pessoa “natural” ou “jurídica”?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Quais foram os argumentos utilizados pela COFERETEL para declarar o descumprimento por parte da Radical Radio do disposto no artigo 92 da lei orgânica de telecomunicações (parágrafo 30)?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Antes do falecimento de María Luisa Peroni, quem era o titular da concessão de uso do espectro eletromagnético	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>

utilizada pela Radio Cadena Básica?	
As “pessoas jurídicas” mencionadas no parágrafo 41 fazem referência às estações de rádio ou à Federação Interamericana de Mídia para a Democracia?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Qual a justificativa da Coferetel para não aprovar a proposta da ACOSINTI já que se tratava da única rádio operando na região de San Pedro, considerando o direito a igualdade de oportunidades e pluralismo informativo citado na Constituição de Chirilágua? (par. 20)	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Conforme o parágrafo 21 dos fatos do caso, quais foram as razões pelas quais não foi aprovada a solicitação da ACOSINTI nas duas licitações realizadas pela COFERETEL?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Quais foram os argumentos legais da Primeira Corte para negar a petição de desacato por não cumprimento de ordem judicial?	<i>A Corte alegou que através da comunicação da COFERETEL se havia dado uma resposta suficiente à petição de informação.</i>
A respeito da comunicação enviada à COFERETEL por Melanie acerca do procedimento adequando para esclarecer as supostas inconsistências (mencionado no parágrafo 13), se deve considerar, ante a falta de resposta da autoridade, uma afirmativa ou negativa ficta?	<i>Em se tratando de uma consulta e não de uma petição direta, as normas administrativas não consideram que a falta de resposta configure uma resposta negativa ou afirmativa que gere direitos. Diante da falta de resposta de uma entidade oficial, os cidadãos de Chirilagua podem ingressar com uma ação constitucional (amparo) alegando violações ao direito fundamental de petição e resposta.</i>
A Sra. Melanie Pereira Peroni subscreveu o convênio de cooperação com a Radio Su-Versión enunciado no parágrafo nº 24?	<i>Sim.</i>
As medidas adotadas no parágrafo 30 do caso hipotético, como o fechamento imediato e o confisco dos equipamentos das emissoras, estavam previstas em	<i>Sim.</i>

<p>lei? A COFERETEL é o órgão competente para ordenar tais medidas?</p>	
<p>O que é o Serviço Comunitário de Radiodifusão Sonora, mencionado no parágrafo 22? Com isto queremos dizer, faz parte da COFERETEL, e é um órgão estadual ou federal?</p>	<p><i>Sim, pertence à COFERETEL.</i></p>
<p>Quais são os requisitos estabelecidos na Lei Orgânica de Telecomunicações ou Lei 56 de 1976 (artigo 92) que as rádios solicitantes devem cumprir para ter acesso ao espectro eletromagnético?</p> <p>Segundo a Lei Orgânica de Telecomunicações de 1976, quais são os requisitos, condições e princípios que devem ser observados para que o Estado conceda ou renove uma concessão para o uso do espectro eletromagnético, como referido na nota de rodapé 1?</p> <p>Quais os "requisitos estabelecidos pela Lei" para a concessão do uso do espectro eletromagnético, citados no art. 92 da Lei Orgânica de Telecomunicações?</p> <p>Quais são os critérios para a adjudicação das concessões do espaço radioelétrico; no caso concreto, para a adjudicação das 11 concessões a rádios comunitárias e 450 licenças a rádios comerciais?</p> <p>Quais os critérios normalmente utilizados pelo Estado para se averiguar a concessão ou não de utilização do espectro eletromagnético?</p>	<p><i>As concessões para rádios comerciais são outorgadas mediante licitação pública. O Governo Federal tem direito a receber uma contraprestação econômica pela outorga da concessão correspondente.</i></p> <p><i>Segundo o artigo 94 da Lei Orgânica de Telecomunicações, os requisitos que devem cumprir os interessados para participar na licitação incluirão: (i) comprovação da nacionalidade chililaguense do solicitante ou de 51% dos associados, caso seja uma pessoa jurídica; (ii) Plano de negócios que deverá conter no mínimo: descrição e especificações técnicas, programa de cobertura; programa de investimento; programa financeiro; e programa de modernização e desenvolvimento tecnológico. (iii) Projeto de produção e programação; (iv) a fixação de uma garantia para assegurar a continuidade dos trâmites até que a concessão seja outorgada ou negada.</i></p> <p><i>O prazo de uma concessão é de 30 anos prorrogáveis em até prazos iguais ao estabelecido originalmente.</i></p> <p><i>O processo de seleção de abertura e localização de estações é complexo e inclui: (i) as finalidades da rádio e televisão de que se trate; (ii) as condições do mercado do serviço de radiodifusão da região de que se trate, e (iii) as solicitações que tenham sido apresentadas previamente à COFERETEL pelos interessados, se aplicável.</i></p>
<p>Qual é o âmbito de aplicação da lei</p>	<p><i>A Lei Orgânica de Telecomunicações ou Lei de</i></p>

<p>orgânica de telecomunicações e qual o da lei de radiodifusão?</p>	<p><i>Radiodifusão tem por objeto regulamentar o uso, aproveitamento e exploração do espectro radioelétrico, das redes de telecomunicações e da comunicação via satélite.</i></p>
<p>Precisar se existe ou não uma lei de radiodifusão comunitária. Expor os termos desta.</p>	<p><i>A lei que regulamenta a radiodifusão comercial e comunitária é a Lei Orgânica de Telecomunicações em seu artigo 70 e seguintes. Entende-se como meio comunitário aquele cuja finalidade é social e não comercial. A lei reconhece o direito das organizações sem fins lucrativos a serem proprietárias de meios de comunicação. Os procedimentos de seleção de frequência são similares aos estabelecidos para rádios comerciais, mas exigem requisitos tecnológicos menos severos e mais econômicos.</i></p>
<p>A Rádio Su-Versión preenchia os requisitos necessários para adjudicar uma licença de radiodifusão sonora comunitária?</p>	<p><i>Em suas petições à COFERETEL, a Radio Su-Versión anexou documentação para demonstrar o cumprimento dos requisitos estabelecidos nos artigos 70 e seguintes da Lei Orgânica de Telecomunicações.</i></p>
<p>Quando duas emissoras transmitem em cadeia, o uso do espectro radioelétrico é considerado comum?</p>	<p><i>A norma não é clara a respeito. A única referência legal a respeito se encontra no artigo 98 da Lei Orgânica de Telecomunicações: “A instalação de uma difusora de rádio que opere retransmitindo ou ligada permanentemente a outra que não era recebida anteriormente na localidade em que pretenda se instalar, será considerada como uma nova estação e, conseqüentemente, deverá preencher todos os requisitos respectivos.</i></p>
<p>A licitação para outorga de licenças no marco da nova Lei Orgânica de Comunicações, cf. referido por Chirilagua em sua resposta à demanda da CIDH (§ 41), ocorreu efetivamente? As emissoras Radical Rádio e Rádio Su-Versión participaram do processo? Obtiveram sucesso na obtenção de concessões?</p>	<p><i>Sim, a licitação foi realizada. Foram apresentadas mais de 100 propostas para ter acesso às concessões comerciais e mais de 500 propostas para a abertura de rádios comunitárias em todo o país. Tanto a Radical Rádio quanto a Rádio Su-Versión não participaram da licitação.</i></p> <p><i>O processo de seleção está em curso atualmente, especificamente, o processo se encontra na etapa de estudo técnico das propostas.</i></p> <p><i>O Comitê Técnico encarregado da licitação estabeleceu como áreas prioritárias de concessão de licenças para rádios comunitárias aquelas cidades que atualmente não contam com meios comunitários locais.</i></p> <p><i>Mediante comunicado público, o órgão</i></p>

	<p><i>regulamentador informou que esperava conceder 100 licenças para rádios comerciais e 100 licenças para rádios comunitárias.</i></p>
<p>Fazendo referência ao parágrafo 12. Quais são os requerimentos estabelecidos na Lei 56 de 1976, com relação ao ‘representante legal’ e ao ‘titular de concessão’?</p> <p>Com relação ao parágrafo 13, a questão é que tanto o representante legal E o titular da concessão listados nos registros da COFERETEL são inconsistentes com o representante legal e o titular da concessão apresentados por Melanie em seu requerimento feito no parágrafo 12, OU que o nome do representante legal é inconsistente com o nome do titular da concessão que a COFERETEL tem arquivado em seu registro?</p> <p>Poderia esclarecer quem era o titula da concessão, quem era ou eram os acionistas e quem era o representante legal da Radical Radio e se algumas destas qualidades foram transmitidas por via sucessória?</p> <p>Byron Dayle, além de representante legal da Radical Radio, era também seu titular?</p> <p>Quem são os representantes da Radical Radio reconhecidos legalmente?</p> <p>De acordo com quais parâmetros e em que condições legais se outorgou a Maria Luisa Peroni a concessão sobre o espectro eletromagnético em 1965?</p> <p>A quais pessoas jurídicas foi outorgada a titularidade da concessão que utilizou a Radio Cadena Básica e que seguiu utilizando a Radical Radio a partir de 2001, e quem eram seus representantes legais?</p>	<p><i>De acordo com a lei, as concessões do uso do espectro eletromagnético podem ser solicitadas por pessoas naturais ou jurídicas. Entender-se-á como titular da concessão aquela pessoa ou pessoas que solicitem a atribuição, ou seja, designadas pela autoridade competente. O titular ou os titulares serão reconhecidos, para efeitos legais correspondentes, como representantes legais do meio de comunicação concessionário. A representação pode ser delegada, porém não a titularidade da concessão, em conformidade com o estabelecido no artigo 92 da Lei Orgânica de Telecomunicações.</i></p>

<p>A Associação de Comunidades Sem Terra de San Pedro de los Aguados (ACOSINTI) tem algum controle legal sobre a Radio Su-Versión, a estação de rádio comunitária?</p>	<p><i>Segundo o balanço oficial de contas e ativos da ACOSINTI, a Radio Su-Versión, assim como todos os seus ativos, pertencem à ACOSINTI.</i></p>
<p>Sob quais argumentos o Sr. Byron Dayle foi absolvido no processo de instigação para delinquir e difamação e teve o processo anulado no caso de furto de bens do Estado visto que a Sra. Melanie Pereira Peroni foi condenada nos mesmos processos, já que ambos eram representantes da mesma Radio?</p>	<p><i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i></p>
<p>Quais foram os supostos delitos instigados por Melanie Peroni, Francis Hoffman e William Garra?</p>	<p><i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i></p>
<p>Quais fatos investigados levaram a imputação de homicídio a William Garra?</p>	<p><i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i></p>
<p>Os recursos internos nos âmbitos constitucional e penal foram esgotados?</p>	<p><i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i></p>
<p>Que expressões ou fatos específicos cometidos por Melanie Pereira Peroni e Francis Hoffman, no caráter de Diretores de seus respectivos meios de comunicação, os juízes penais consideraram que configuraram os delitos de “Difamação” e “Instigação para Delinquir”?</p>	<p><i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i></p>
<p>Com base em quais atos ou expressões foram formuladas cada uma das acusações imputadas a William Garra?</p>	<p><i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i></p>
<p>Francis Hoffman apresentou uma ação constitucional datada 5 de maio de 2008 em nome da Radio Su-Versión (parágrafo 36); no entanto, a referida ação assinala como agravados a entidade ACOSINTI e seus afiliados. Por favor, nos esclareça em nome de quem se promove a referida ação</p>	<p><i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i></p>

constitucional, ACOSINTI ou Radio Su-Versión?	
Com base no princípio de igualdade perante a lei, que fundamentos foram apresentados ou suscitados para que o Tribunal resolvesse anular o processo contra Byron Dayle relativo ao delito de “Furto de bens do Estado”, assim como absolver os delitos de “instigação a delinquir” e “difamação” contra o Presidente da República?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Como se conduziu o processo penal no Estado de Chirilagua?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Foram respeitadas as garantias processuais que oferece o sistema penal deste país?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
Os prazos processuais penais em Chirilagua costumam transcorrer com a mesma celeridade como nos processos movidos contra Melanie Pereira Peroni, Francis Hoffman, William Garra e Byron Dayle ?	<i>Sim.</i>
Quais são os recursos cabíveis e os tribunais competentes em matéria penal e administrativa no Estado de Chirilagua?	<i>A informação disponível se limita aos fatos expostos no caso hipotético.</i>
O Ministério Público em Chirilagua exerce função, ao mesmo tempo, como órgão inquisitorial, conforme parágrafos 31 e 32, e acusatória, conforme parágrafos 37 e 38 do caso hipotético? O Ministério Público é o ente encarregado para conduzir a investigação e imputação de condutas puníveis ante os juízes penais no Estado de Chirilagua? Como se deriva dos fatos nos parágrafos 31, 32, 33, 37, 38 e 39 .	<i>Sim.</i>
A demanda mencionada no §34 foi proposta num foro judicial ou num foro administrativo?	<i>O Tribunal Administrativo é o ente <u>judicial</u> de primeira instância competente para resolver</i>

<p>As sentenças proferidas pelo Tribunal Administrativo podem ser modificadas pelo Poder Judiciário?</p>	<p><i>conflitos entre o cidadão e o Estado (jurisdição do contencioso administrativo). A segunda instância é de competência da turma político-administrativa da Suprema Corte de Justiça.</i></p>
<p>O parágrafo 37 afirma que a pena de privação de liberdade de Melanie Pereira e Francis Hoffman <i>pode ser</i> comutada por multa equivalente a 200.000 dólares, assim como o parágrafo 38 afirma que a pena de delito de instigação à delinquência e difamação <i>podia ser</i> comutada mediante pagamento de multa equivalente a USD 15.000. Tais penas vieram a ser comutadas de fato?</p> <p>Como consequência da sentença condenatória de 15 de setembro de 2008, confirmada posteriormente pelo Tribunal de Apelações, mencionada no parágrafo 38, alguma das pessoas condenadas sofreu uma pena privativa de liberdade de cumprimento efetivo?</p>	<p><i>Melanie Pereira pagou multa e por tal motivo foi eximida da privação de liberdade. O senhor Hoffman declarou não ter dinheiro para pagar a multa e por tal motivo lhe foi aplicada a pena privativa de liberdade.</i></p>
<p>Para comutar uma pena de privação à liberdade, quais critérios o Código Penal de Chirilagua requer que um juiz considere para calcular o valor da multa? (e.g. – gravidade da ofensa, duração da atividade ilegal, a quais tipos de ofensa a opção de comutação se aplica, etc.)</p>	<p><i>O Código Penal estabelece critérios gerais relacionados à gravidade da ofensa, à duração da atividade ilegal, ao tipo de delito e à impossibilidade de defesa da vítima.</i></p>
<p>Na apresentação do caso aparecem as descrições de vários tipos penais. No entanto, não se descreve o tipo “Furto de Bens do Estado”. Qual é a descrição do tipo penal “Furto de Bens do Estado” em Chirilagua?</p>	<p><i>Comete a conduta quem se apodera de um bem público para seu uso ou proveito próprio ou de um terceiro.</i></p>
<p>Qual a definição do tipo penal "homicídio" no Código Penal de Chirilagua?</p>	<p><i>Comete homicídio aquele que “cause morte a outro”. Existem circunstâncias agravantes</i></p>

<p>Como são definidos os termos Assassinato/Homicídio na legislação nacional de Chirilagua?</p> <p>Em 23 de novembro de 2008, o Terceiro Tribunal Criminal de Delitos Federais condenou William Garra a 12 anos de prisão por sua responsabilidade nos delitos de Instigação para delinquir, Difamação e homicídio: há diferença entre os crimes de homicídio e assassinato no Estado de Chirilagua, e, se sim, qual é a diferença legal entre os dois? Como é dividida a pena?</p>	<p><i>punitivas do homicídio como a emboscada, paga, recompensa ou promessa remuneratória e meios cruéis. Ainda que algumas pessoas denominem homicídio qualificado como assassinato, tecnicamente o assassinato não está tipificado no código penal.</i></p>
<p>No período compreendido entre 15.01.2009 e 25.12.2009, qual foi a atividade processual do Sr. Byron no processo administrativo contencioso referente à solicitação de nulidade da decisão administrativa que decretou o cancelamento da concessão da Radical Rádio (§ 34)?</p>	<p><i>O processo estava em etapas de apresentação e de produção de provas.</i></p>
<p>Quais são os prazos que compreende o processo o processo contencioso administrativo promovido por Byron Dayle em 10 de abril de 2008?</p>	<p><i>O processo contencioso tem as etapas regulares de outros processos em Chirilagua que incluem admissão da petição, citação, o prazo de contestação da ação, a apresentação e produção de provas, a conciliação judicial, a abertura de prazo para alegações finais e a etapa de sentença. Na prática, um processo desta natureza pode demorar entre 4 e 6 anos para a emissão de uma decisão de segunda instância.</i></p>
<p>Os Tribunais de Recursos mencionados nos parágrafos 35-37 são o mesmo tribunal?</p>	<p><i>Possuem a mesma ordem hierárquica, mas os casos correspondem a tribunais distintos.</i></p>
<p>Das ações constitucionais solicitadas para declarar a nulidade das decisões administrativas nos últimos dois anos, quantas foram acolhidas?</p>	<p><i>Não existem dados estatísticos oficiais consolidados. A opinião pública tomou conhecimento de alguns casos de alto impacto social nos quais foram acolhidas as pretensões dos demandantes.</i></p>
<p>O TRIBUNAL FEDERAL/CRIMINAL</p>	

<p>DE APELAÇÕES é a última instância existente para Melanie Pereira, Byron Dayle, Francis Hoffman y William Garra apelarem das condenações lhes imputadas?</p>	<p><i>Sim.</i></p>
<p>A “ação constitucional” tem os mesmos efeitos que o recurso de amparo ou a ação de tutela e, neste sentido, existia algum impedimento de fato ou de direito para ajuizá-lo contra as sentenças penais ou contra o Código Penal de Chirilagua?</p> <p>Qual é a natureza jurídica da ação constitucional?</p> <p>Dado que a jurisprudência reconheceu a procedência da ação constitucional contra atos administrativos, esta também é procedente contra sentenças de segunda instância em matéria penal?</p> <p>A ação constitucional (parágrafo 22 do caso hipotético) cumpre no Estado de Chirilagua a função e os objetivos da ação conhecida em outros países como a de <i>Amparo</i> ou de <i>Tutela</i> para a proteção efetiva dos direitos fundamentais da pessoa?</p>	<p><i>Sim. A ação constitucional referida nos fatos corresponde ao que em algumas jurisdições é conhecida como Ação de Amparo a Ação de Tutela.</i></p> <p><i>A ação constitucional não procede contra sentenças judiciais.</i></p>
<p>Quem é o titular da ação do delito de difamação?</p>	<p><i>Em caso de difamação contra funcionários públicos ou em casos nos quais a ordem pública ou o interesse nacional seja afetado o titular da ação é a pessoa diretamente afetada ou o próprio Estado.</i></p>
<p>No parágrafo 41 há uma menção à nova ‘Lei Orgânica de Comunicações’. Quando foi promulgada a lei, e poderia elaborar mais sobre a maneira tripartite pela quais concessões são reguladas?</p> <p>Quais são as disposições da nova lei orgânica de comunicações que promete proporcionar as condições necessárias</p>	<p><i>A nova Lei Orgânica de Comunicações tem como fim assegurar a igualdade de condições no acesso às frequências e a diversidade nos meios que comunicação audiovisual. Estabelece um sistema tripartite e equitativo de frequências para rádios comerciais, estatais e comunitárias. Ademais, estabelece uma nova autoridade de regulamentação em um corpo colegiado, adscrito ao Poder Executivo, obrigado a prestar contas publicamente</i></p>

para sanar a atual situação das supostas vítimas do caso (parágrafo 41)?	<i>de sua gestão a cada ano perante o Congresso da República.</i>
--	---